

A HISTÓRIA DA ENERGIA ELÉTRICA NO ESPÍRITO SANTO



EXCELSOS DESTINOS
Livro de Luiz Cláudio M. Ribeiro. Edufes. A obra pode ser comprada no site www.clubedoassinante.agazeta.com.br/

No alvorecer do século XX, o Brasil visava à urbanização industrial. Porém, não havia energia elétrica nem para os espaços públicos e moradias, nem para as máquinas da modernização. E logo a incipiente república fez aprovar leis de concessões públicas para geração de energia e fornecimento de “força e luz” para iluminar e movimentar bondes e fábricas.

As concessões privadas ocorridas em Cachoeiro e Vitória foram bastante para os governantes fazerem o próprio Estado assumir os empreendimentos na conjuntura econômica da Primeira Guerra, quando os investimentos privados fugiam do risco.

Assim surgiram as usinas termoeletricas da Ilha da Luz e a “Convertidora” da rua Sete de Setembro e também as usinas hidrelétricas de Jucu e Fruteiras. Esse sistema permitia iluminar aquelas cidades e garantia o movimento dos bondes, o frenesi dos cafés e cinemas e o acionamento das serrarias e usinas capixabas.

Finda a guerra, foram retomadas as obras do porto e derrubados os antigos trapiches e armazéns da baixa cidade. Em 1927, aquelas concessões foram repassadas à American and Foreign Power Company Inc. (Amforp-EUA), que criou a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica (CCBFE) para gerar energia, operar bondes em Vitória e Vila Velha, operar transporte Vitória-Paul por lanchas e a telefonia da capital, além do fornecimento de luz e força na faixa entre Vitória e Cachoeiro. No Brasil inteiro dava-se o mesmo processo. Assim, o arranco urbanizador da ditadura Vargas sustentou-se nas concessões dos serviços públicos criados na Primeira República, a que o ditador combateu.

Passados Vargas e a Grande Guerra, outra era a composição social em Vitória e Cachoeiro. Surgiam bairros classe média como a Praia Comprida, ou de operários como Santo Antonio, e crescia a demanda de energia. Na onda nacionalista em que o país mergulhara, ora os capixabas associavam o fraco desempenho da economia à dependência dos cafezais, ora à espoliação estrangeira simbolizada pela CCBFE. No Congresso, após a campanha do petróleo, era pela formação da Eletrobrás – discutida no Congresso de 1952 a 1962 – que os brasileiros debatiam, pedindo o fim das concessões estrangeiras e a incorporação dos ser-

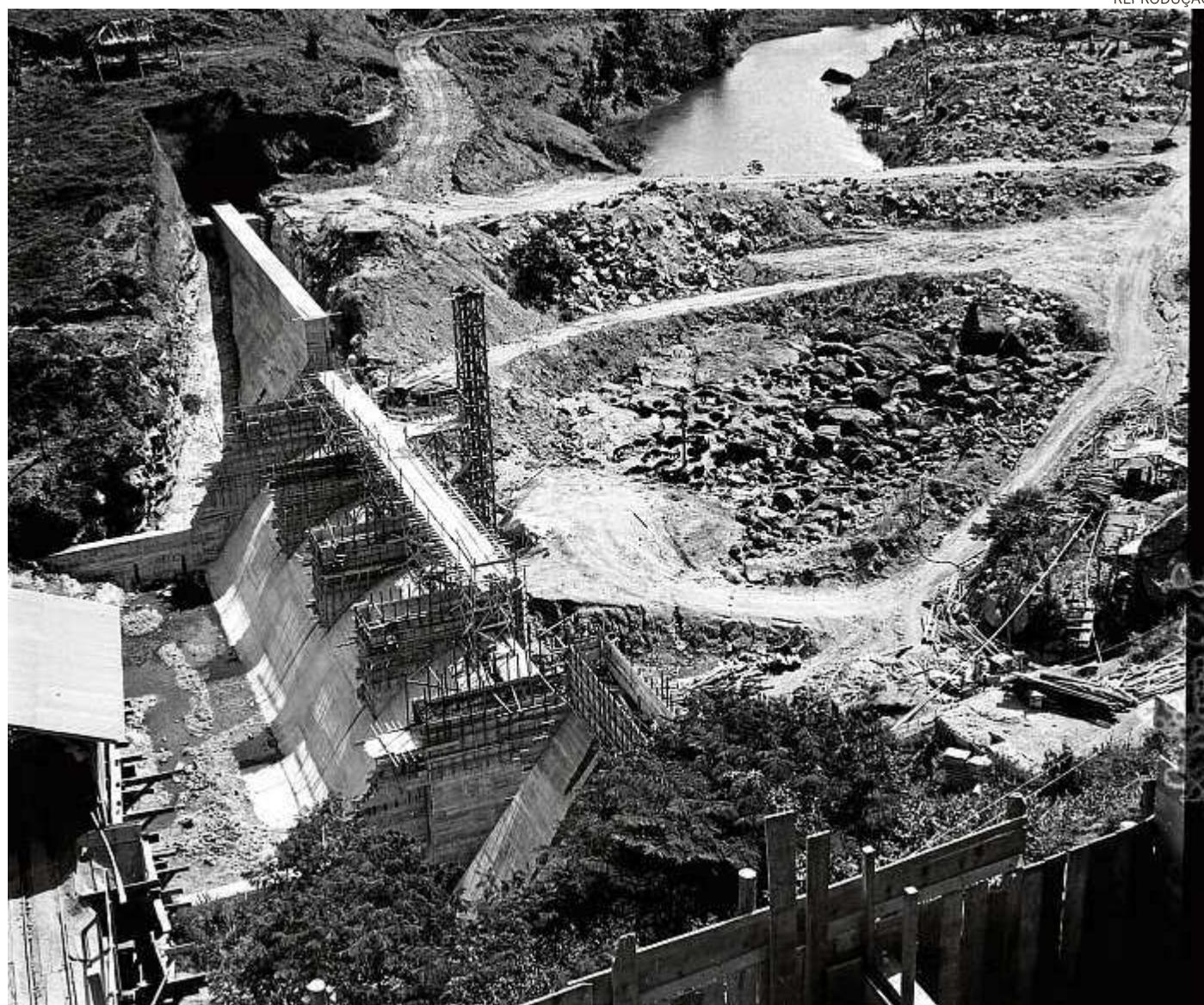


Imagem da obra da barragem no Rio Santa Maria: livro “Excelsos Destinos” mostra os primórdios da geração de energia no Estado

viços por empresas públicas brasileiras.

No campo do planejamento, os esforços do governo Jones dos Santos Neves no setor energético tomaram forma em 1951 com o Plano de Valorização Econômica do Estado.

Sua principal premissa era formar uma estatal para produzir, transportar pelo território e distribuir energia elétrica até os consumidores, não só nas zonas de concessão da CCBFE mas, paulatinamente, em todo o Estado. O projeto, conduzido por Jones e por Asdrúbal Soares (PSP), tinha apoio da “ala moça” do PSD e beneficiou-se da pressão de comunistas e até udenistas. A Escelsa Espírito Santo Centrais Elétricas S/A enfim surgiu em 1956, já no governo de Francisco Lacerda de Aguiar, que abraçara o projeto pressionado pela Coligação Democrática

(PSP, PR, PRP e PTB) que o apoiava.

Em nosso estudo vimos que CCBFE e Escelsa iniciaram aí um “namoro”: o governo estadual captava financiamento para a infraestrutura por meio de mecanismos como o Fundo Federal de Eletrificação, o Imposto Único sobre Energia Elétrica (Lei 2.308/1954) e empréstimos do BNDE para contratar projetos e dar início às obras de construção e comprar os componentes das hidrelétricas de Rio Bonito e depois Suíça.

Ao mesmo tempo, incorporava as concessões de iluminação das cidades e distritos capixabas, a maioria restrita a contratos de iluminação até às dez da noite. Quando Rio Bonito iniciou a geração de energia, repassava grande parte à CCBFE e através dela atendia às regiões Central e Sul do território capixaba. Ao fim de 1964, já com o Brasil

sob novo regime autoritário, os militares decidiram comprar todas as empresas do grupo Amforp para promover a estruturação da Eletrobrás. Nessa nova fase, ambas as concessionárias capixabas se tornaram públicas e, a mando do Ministério de Minas e Energia, iniciaram um realinhamento estrutural e administrativo a que fizemos analogia a um período de “noivado”, quando as partes amainam diferenças de estilo e preparam-se para consumir uma união.

Em meados de 1968, finalmente, Escelsa e CCBFE foram dissolvidas e cederam espaço a uma nova empresa que, para além do patrimônio físico e dos quadros funcionais, carregou o mesmo nome “Escelsa” e nele o desejo dos capixabas por encontrar, como na expressão entusiasmada de Chiquinho, o procurado caminho para os seus “excelsos destinos”.

REPRODUÇÃO